

Piquete nas fábricas de Santo Amaro/SP, com atuação do OSMSP, em novembro de 1979. Acervo do Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Fundo: Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP).



Campanha nas portas da fábrica da Ford durante as eleições sindicais dos metalúrgicos de São Paulo, 1984. Na fotografia, Luiz Carlos Prestes, ex-secretário-geral do PCB, e Hélio Bombardi, candidato a presidente do Sindicato pela chapa da Oposição Sindical Metalúrgica. Acervo do Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Fundo: Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP).

DesaFIO da Vida: trabalho, velhice e memória

Hebréia Maria Ramos Barbosa da Costa*

Resumo: As necessidades do desenvolvimento capitalista no Brasil exigiram um contingente significativo de trabalhadores para sua expansão e reprodução. Este elemento é vital para compreender o aumento populacional e o rápido envelhecimento dos trabalhadores objeto de interesse da pesquisa que embasa este artigo. A despeito dos avanços científicos, alcançar a longevidade implica valentia para enfrentar um “sistema” cuja finalidade precípua é a apropriação da mais-valia. Nesse sentido, essa investigação rechaça as ideologias que destituem de historicidade a velhice, travestindo-a em mero objeto da natureza. Recupera-se a centralidade do trabalho como elemento fundante e humanizador do indivíduo social, por conseguinte, a noção de classe social, segundo a compreensão de Marx. Os resultados alcançados no estudo permitem compreender o velho não como segmento, mas como membro da classe trabalhadora, e nesse movimento teórico-metodológico é que se vislumbra a importância de trazer à tona o fio que o une aos demais com-panheiros de classe.

Palavras-chave: Trabalho; velhice; memória; ideologia; classe social.

Abstract: The paper suggests a master key for understanding the challenge of living for old age people in capitalist society: to consider them as working class members and not just a problem of a demographic natural situation.

Keywords: Work; old age; memory; ideology; social class.

Introdução¹

Há um fio, quase que imperceptível, unindo crianças, mulheres, jovens e velhos. É o fio da vida daqueles que só têm sua força de trabalho para vender e, portanto, reproduzirem-se. Assim é o trabalho na sociedade do capital. Sua pouca

*Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assistente Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço postal: Av. 28 de setembro, 77, Vila Isabel, Rio de Janeiro, CEP: 20551-900. Endereço eletrônico: hebreiamaria@yahoo.com.br

¹ Esse artigo condensa um dos pilares teóricos da dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2008 com título homônimo, sob a orientação da Profa. Dra. Marilda V. Iamamoto.

visibilidade é forrada por obscuro tecido, formado de ideias tão juntas e bem-articuladas, que lhes dão luz de olhos de cegos. Assim é a ideologia burguesa. Encontrar as pontas do fio da vida revela-se imponente desafio. Recorre-se àqueles que trabalharam, por longos anos, envolvidos nessa trama, para do fundo de suas lembranças ajudar aos que hoje imiscuem-se – cotidianamente – em seus fios. Este é o alinhavo dispensado pela velhice. Os trabalhadores de hoje e de outrora têm força para encontrar sentido e compreensão em cada nó que atarem ou precisarem desatar. O ataque à cidadania, o surrupio de sua energia vital, por décadas, e em cada dia, fazem sombra à falsa luz, revelando-a. Assim é a luta social. O que os açoita – contraditoriamente – lança clarões sobre novos fios que devem ser tecidos. Mãos calejadas – e um certo cansaço no olhar – indicam um tempo vivido, e, ainda que distante, repleto de marcas. Colher cada uma delas, cuidá-las, é bálsamo que se espalha e revigora artesãos. Assim é a solidariedade intraclasse. Seu despontar pode vir permeado de interesses egoístas, fracionadores, alienantes: cacos de uma consciência ainda incoerente com sua própria humanização. O fio que estrutura o tecido torna-se vívido, através do cotidiano fendido pela opressão, grilhão da peça que ele mesmo produz. Recordar como, de qual material é feito esse tecido, eleva o passado a uma condição de presente-histórico, pois as mãos e mentes de hoje podem ser capazes de se identificar com os tropeços e sucessos do artesão de outrora. Quem tem sua fantasia e criatividade quase que aniquiladas pelo processo penoso e arbitrário do trabalho na sociedade capitalista tem a chance de manifestar-se, rebelar-se para não mais sentir-se, agir como objeto de sua própria tragédia. O trabalhador não está só, e não é no isolamento que transformará sua vida, por pouco, petrificada. Marx, então, fornece a chave dessa questão:

O indivíduo é *o ser social*. A exteriorização da sua vida – ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida coletiva, cumprida em união e ao mesmo tempo com outros – é, pois, uma exteriorização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *geral* da vida genérica [...](1974, p.16)

Daí que refletir sobre os movimentos sociais capitaneados pela velhice trabalhadora revela-se como uma das oportunidades de analisar o corroborado acima. Os velhos questionam, exigem, rememoram seus interlocutores a respeito dos direitos de cidadania conquistados às duras penas, quando jovens e na atualidade, presentes no desenvolvimento de sua classe social. Sua capacidade de diálogo político precisa reaver e incrementar a tenacidade dos movimentos sociais, nos quais a velhice foi protagonista e que geraram seus ganhos no arcabouço legal.

1 – Velhos Trabalhadores como Sujeitos Políticos

De fins dos anos 1950 ao desfecho da democracia, com a ditadura de 1964, é possível observar um processo de rupturas e continuidades, no que tange ao mo-

vimento social dos trabalhadores. Ao se encontrarem divididos por categorias profissionais e pela característica de estarem ou não na ativa, travaram embates isolados, cujos frutos voltados para si próprios, mas com o rescaldo para outros trabalhadores. A configuração de trabalhadores aposentados e seus beneficiários, que usufruíam e também atuavam politicamente junto a seus Institutos de Aposentadoria, exprime, ainda que de forma corporativa, uma continuidade no *status* e no pertencimento dos trabalhadores enquanto classe social.

No percurso histórico em pauta, cada vez mais os trabalhadores requisitam garantir seus direitos sociais na aposentadoria. Além do que, ganha densidade o montante de recursos da previdência social e a preocupação dos governantes com os gastos públicos. Não é à toa que os holofotes sobre a velhice trabalhadora serão projetados. Um sinal se dá no âmbito legislativo, particularmente com a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (1960), que curiosamente é lançada no período de aumento da população idosa no Brasil. Já se foram mais de sessenta anos de trabalho para o capital, enfim, algumas gerações de trabalhadores desfrutam dos direitos conquistados pela luta política, mas a importância da organização permanece. Entra em cena o movimento social – propriamente dito – capitaneado pela velhice trabalhadora. Como atesta Haddad ao tratar da constituição, *a posteriori*, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas:

O Movimento foi lentamente organizado a partir da constituição, na década de 60, da união dos Aposentados e Pensionistas do Brasil e, no decorrer das décadas de 70 e 80, de associação de aposentados e pensionistas. A efetivação do Movimento ocorreu com a criação de federações que se uniram, formando, em 1985, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP (2001, p. 17).

A literatura referente ao movimento dos velhos trabalhadores brasileiros resgata a formulação das políticas sociais, especialmente a previdência social², a fim de encontrar aí o eixo de ação dos trabalhadores que já venderam ao capital sua força de trabalho e por ele foram dispensados; agora vivem às expensas das contribuições feitas para entidades de previdência social. Intenta-se aqui adensar esse caminho, e sobretudo, considerar a importância de vê-lo no interior de uma moldura mais ampla, qual seja, a do movimento geral dos trabalhadores³. Recupera-se os elementos político-demográficos e as conquistas sociais, enquanto resultados da mobilização democrática, fruto da participação da sociedade civil.

² "Assim, é objetivo desta obra descortinar o Movimento de Aposentados e Pensionistas enquanto movimento de resistência à política previdenciária." (HADDAD, 2001, p.13).

³ "A conquista da aposentadoria fez parte do conjunto de reivindicações do movimento operário, no início do século." (idem, ibidem, p. 19).

Esse fato ganha enorme visibilidade no período imediatamente anterior à ditadura militar, haja vista a pujança político-social das classes trabalhadoras, em contraposição à tese de que a sociedade civil é débil, pacífica, alheia. Esse momento da história brasileira é tão significativo, em termos de constituição da democracia – frente aos séculos de desmando e autoritarismo – que se torna imprescindível valer-se extensamente dos ensinamentos de Ianni:

Pouco a pouco, a massa começa a ganhar a fisionomia e o movimento de classe (...). Ao longo dos anos 1946-64, há um ascenso geral do povo no processo político. E é contra esse ascenso, contra a metamorfose da massa em classe, que cai toda a brutalidade do Golpe de 1964. Tratava-se de colocar o povo, os operários e camponeses, entre outros trabalhadores, fora do processo político. Tratava-se, mais uma vez, como em muitas ocasiões no passado, de bloquear o processo político e destruir as conquistas democráticas. (...) ao mesmo tempo se desenvolveu a cidadania, como princípio e prática políticos. (...) a massa, o povaréu, começou a sentir-se, compreender-se e atuar como classe (...). À medida que caminhava o processo democrático, avançavam as conquistas, os movimentos populares se desenvolviam e consolidavam, também o Estado ganhava configuração mais democrática; parecia cada vez mais aberto às propostas dos movimentos políticos de base popular (2004, p. 286).

Algumas observações podem ser feitas a partir do acima exposto. O Estado capitalista não é neutro; é atravessado pelas contradições e também por forças que traduzem projetos societários diferenciados. Ademais, as manifestações políticas, sociais e culturais das classes trabalhadoras ganham peso e notoriedade pública e amplificada. Traduz-se concretamente seu passado de lutas e experiências – muitas vezes de violação de direitos – em voz, e prática política. A vivacidade da sociedade civil assume tamanha envergadura que a burguesia financeira e monopolista temeu a explosão revolucionária dos trabalhadores, sendo capaz de ressuscitar um modelo autoritário de dimensões incruentas e perversas (em conjunto com o capital estrangeiro): uma nova aliança com os militares.

Novamente a grande burguesia combina seu domínio e hegemonia à subordinação do capital dos países centrais. Sacrifica sua possibilidade de livrar a sociedade e o Estado do ranço autoritário do velho colonialismo, e, então, de revolucionar-se. Para Netto (1992):

O desfecho de abril foi a *solução política* que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um *pacto contrarrevolucionário* (...). Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico-social era de maior fôlego: *o que o*

golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira. (...) Nesse sentido, o movimento cívico-militar de abril foi inequivocadamente *reacionário* – resgatou precisamente as piores tradições da sociedade brasileira. (1992, p. 25)

As classes trabalhadoras sofreram os infortúnios dos governos ditatoriais pois, ao que tudo indica, a ofensiva do capital recaiu tanto sobre as lutas organizadas dos trabalhadores, como sobre as bases sob as quais estes ergueram seu sistema de proteção social. Pensa-se aqui na unificação da previdência e conseqüente enfraquecimento das categorias profissionais, fatores que impelem à divisão da classe.

Em meados dos anos 1970, além do assenhoramento do fundo dos trabalhadores pelo Estado, a inflação e o achatamento salarial pesavam sobre os proventos dos aposentados. Adicionado a essa situação, a ditadura desvinculou o salário mínimo como fator de correção para os “benefícios”. Esta decisão refletiu-se no movimento social dos aposentados que se articulavam às reivindicações dos trabalhadores em geral. “Ambos” perdem força num cenário de união de propósitos.

A partir do período Geisel (1974-1979), considerado como o momento em que ocorre a inflexão para baixo do ciclo autoritário brasileiro, constitui o núcleo da transição à democracia. Também no decorrer da década de 1970, cresce a polêmica em torno da velhice, cujo aumento e suas conseqüências estampam-se através do censo de 1980: “o percentual de aumento do segmento social com 60 anos e mais era, já no censo de 1980, quase o dobro (53,00%) do constatado para a população geral (27,75)” (HADDAD, 2001, p. 09).

Passados dez anos do golpe, os que tomaram o poder não conseguiram consolidar sua hegemonia sem modificar, gradualmente, seu relacionamento com a sociedade civil. O regime precisava fazer concessões e negociar as vias de transição por outras formas de dominação. Assim, para permanecer vigorando, a ditadura caminhou rumo a uma *distensão lenta, gradual e segura*. Numa sucessão histórica apareceu o processo de “distensão”, de “institucionalização”, de “abertura”, e a “Nova República” que marca a posse de um presidente civil, após vinte e um anos de regime militar.

Na luta contra o autoritarismo, setores médios⁴ e proletários mostravam descontentamento com os governos militares. As reivindicações dirigiam-se para “esferas” da vida, para o cotidiano crivado pelo desrespeito aos direitos da saúde, do transporte público, do trabalho etc. Essa idiosincrasia presente na prática social demonstra um modo alternativo à vivência político-partidária, em função do bipartidarismo vigente. As oposições nessa época estavam sob controle do regime o que

⁴ “Do lado da classe média, as discussões giravam em torno da anistia aos presos e exilados políticos (...), de liberdade de imprensa (...), da democratização dos serviços públicos, particularmente da educação (...) e da saúde (...), do fim da violência policial e militar, (...). Enfim, predominavam movimentos sociais que visavam à ampliação do espaço de discussão e dos centros de decisão nas instituições públicas e privadas.” (CHAUI, 1989, p. 52).

impedia a contestação ao governo. Porém, entidades insatisfeitas com o estado de penúria e com a falta de liberdade “substituíram” os partidos políticos. Como destaque temos a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a Igreja Católica (através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), as quais exigem respeito aos direitos humanos, especialmente aos direitos dos presos políticos (IANNI (2004).

Quanto ao movimento operário, há que se registrar seu ressurgimento, por meio das críticas à política social e trabalhista do regime militar. A reemergência do proletariado urbano feria a legalidade posta pelo Estado deflagrando uma radicalização na oposição democrática, que assume uma postura de aproximação aos trabalhadores, ampliando a sua intervenção nas agências da sociedade civil.

Mas o momento em que várias lutas sociais se aglutinaram, atuando como classe, foi marcada pela campanha das Diretas-Já; reivindicando a escolha do presidente da República e questionando a legitimidade do regime militar. Surgia a convicção de que a democracia estava a caminho.

No Brasil, tal como a velhice, a classe trabalhadora está em seu processo de fazer-se, no sentido thompsoniano (THOMPSON, 1987). O século que inaugurou a possibilidade de maior sobrevivência humana para os brasileiros também retratou o período de construção e de consolidação da classe trabalhadora no país.

De acordo com Santos (1985), nos anos de 1964-1985 o país mudou quanto ao crescimento urbano, industrial, populacional, de ocupação e educação. Ressalta Coutinho (1991, p. 93) que as transformações profundas, ainda que pelo alto, consolidaram um país capitalista e moderno. Também a representação de interesses dos trabalhadores mudou sua forma de atuação com o novo sindicalismo. Este postula críticas à estrutura sindicalista corporativista, que teve início com o getulismo, e para além da questão salarial amplia sua pauta de reivindicações para o aumento do poder e autonomia sindicais. Por isso, fica nítida uma contradição criada no volver do processo ditatorial: mesmo com o uso de mecanismos coercitivos sobre as expressões da sociedade civil, este mesmo regime ditatorial propiciou o desenvolvimento de forças organizativas que não teve mais como frear. O impacto também se deu sobre o movimento social dos idosos trabalhadores, como corrobora Haddad:

O movimento se fortaleceu em um momento em que os protestos contra a miséria da população encontraram espaço para a emergência de novos atores, nos limites históricos do complexo “processo de transição” por que passa a sociedade brasileira (2001, p. 13).

Ainda que em um *ajuste político feito pelo alto*, bem ao estilo das práticas políticas tradicionais presentes na formação brasileira, efetivou-se o fim do ciclo ditatorial com a instalação da “Nova República”. O processo da Constituinte abriu espaço para variados interesses e múltiplas formas de associação política e pressão social.

No que diz respeito ao movimento social dos velhos trabalhadores, este foi fundamental para o conjunto das classes trabalhadoras, uma vez que se preocupou com vários itens referentes à seguridade social, que contemplam a classe como um

todo⁵. Agregados em Associações por todo o país, estes trabalhadores aposentados participaram ativamente do processo Constituinte e formaram o segundo maior *lobby* junto aos parlamentares, perdendo apenas para os ruralistas (COUTRIM, 2002).

Para Mota (1998), apesar da intensa mobilização, constata-se a ausência de um *projeto coletivo* dos trabalhadores, cuja repercussão terá seus reflexos no decorrer das décadas – ainda que, pela primeira vez na história do país, tenha se constituído um modelo de seguridade social universalizante e democrático.

Sendo assim, há um longo caminho a ser realizado por e entre jovens e velhos trabalhadores, a fim de alcançarem a hegemonia, nos termos de Gramsci:

(...) a fase mais abertamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias germinadas (...) se transformam em “partido”, entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral. (...) num plano “universal”, criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (1989, p. 50).

Portanto, apesar da legalidade constitucional das novas formas de exercício da participação social, as mudanças conjunturais e a democracia no Brasil continuam atravessadas por práticas políticas tradicionais.

2. Velhos Trabalhadores Enfrentam o Neoliberalismo⁶

O ganho social para as classes trabalhadoras (a Carta Magna e eleições diretas para presidente) também exprime a tentativa da burguesia em tentar conseguir hegemonia via consenso; sendo então, além de classe dominante, também dirigente. Por outro lado, grandes entidades patronais, banqueiros, latifundiários defendem e conseguem eleger a candidatura de Collor. Seu projeto defende a grande burguesia e o capital financeiro, mundialmente, em franco estilo neoliberal. No giro conservador do Estado plainam direitos “concedidos” aos idosos, ao lado da focalização – de fato – das políticas sociais para o conjunto das classes trabalhadoras.

As recomendações da reforma neoliberal sinalizam a crise na previdência como a pior crise – decorrente da ampliação dos direitos previdenciários e da universalização do acesso às políticas sociais. O panorama mundial, marcado pelo neoliberalismo e pelas exigências dos Estados Unidos e seus aliados, lança ideologias para

⁵ “A formação da Assembleia Nacional Constituinte abriu possibilidade para alterações nas condições materiais de vida dos beneficiários da Previdência Social e, portanto, para a melhoria da qualidade do fim da vida” (HADDAD, 2001, p. 13).

⁶ A respeito do neoliberalismo Simionatto, indica que: “Seus pilares fundamentais centraram-se nos ajustes econômicos, materializados na apologia da privatização e da supremacia do mercado, na cultura antiEstado, na conclamação da sociedade civil das classes subalternizadas à adesão a essa lógica, desqualificando a política e a democracia (2006, p. 3).”

a classe trabalhadora, a fim de “prepará-la” para enfrentar sozinha os percalços do envelhecimento. Objetivam a captura dos Estados, em novo formato imperialista (HARVEY, 2004).

A investida contra os trabalhadores é nítida, uma vez que aposentados e pensionistas deixam de ter seus proventos recalculados com base no salário mínimo⁷ (PAZ, 2004). As implicações para a unidade da classe são patentes: ocorre nova fragmentação na identidade dos aposentados com a dos trabalhadores da ativa. Contudo, as modificações impingirão força à luta dos velhos trabalhadores por condições dignas e reconhecimento dos direitos trabalhistas, com destaque para a previdência social, durante o governo Collor de Mello. Paz refresca nossa memória com a afirmativa abaixo:

Cabe lembrar que o presidente Collor exclui o direito presente na Constituição Federal de 1988, que garantia a irredutibilidade dos benefícios de aposentados e pensionistas ao mesmo nível do poder aquisitivo na data da concessão, tendo o salário mínimo como referência. A Lei 8.222, (...) de 1991, retira o referido direito e garante aos trabalhadores, a título de compensação, (...) o reajuste, naquele mesmo mês, de 147,06%. No entanto, este índice, apesar de garantido pela Lei, não foi concedido aos beneficiários do INSS. A mobilização dos aposentados, pensionistas e demais beneficiários da Previdência Social através de suas organizações, a ampla repercussão na mídia e a atuação decisiva do Judiciário tornaram possível a vitória do chamado ‘Movimento dos 147%’ (2004, p. 235).

A década de 1990 coroa a agenda político-jurídica com legislações para os indivíduos acima dos 60 anos. Ironicamente tais legislações e as posteriores trazem para o debate a importância da seguridade social em seu formato original. Denunciam ambivalências legais e institucionais no trato à velhice trabalhadora. Sua força no atual contexto histórico deita raízes nos movimentos sociais dos trabalhadores.

Reafirma-se que as mudanças operadas no âmbito da sociedade e do Estado brasileiros apontam tendências de amadurecimento dos sujeitos políticos, fundamentais para a democracia contemporânea. As inovações com a criação de mecanismos de participação social alternativos às relações sociais e políticas tradicionais e clientelistas, traço particular de nossa história, representam um dos avanços alcançados pelos trabalhadores na luta pela cidadania.

É o caso do propalado Movimento dos 147%, o qual contribuiu para desmistificar a face humanitária do Estado para a sociedade. Por outro lado, muitos dos atores desse Movimento também eram vistos somente como “pessoas idosas”. A mídia contribuiu para a exposição do que a demografia já vinha mostrando nos censos, assinala Freitas:

⁷ É sempre importante lembrar que trata-se da expressão monetária do trabalho, símbolo da reprodução do trabalhador e de sua família.

O envelhecimento populacional, fenômeno mundial, está colocando o Brasil no grupo de países com o maior número de idosos do planeta. O aumento da participação da população maior de 60 anos no total da população é expressivo: em 1940 era de 4%, passou a 8,6% em 2000 (ou seja, em torno de 15 milhões de pessoas) e projeções recentes indicam que esse segmento passará a 15% em 2020 (IBGE). (...) Assim, um dos grandes desafios deste século será cuidar de uma população de mais de 32 milhões de idosos, a maioria com baixo nível socioeconômico e educacional (2004, p. 34).

Portanto, a expansão político-demográfica da velhice institui rebatimentos na inovação na democracia brasileira. A inscrição do controle social na Constituição Federal de 1988 e nas leis orgânicas referentes às políticas que compõem a seguridade social expande as possibilidades de participação e cidadania.

Entretanto, a estratégia burguesa de contra-ataque aos avanços postulados acima concretiza-se nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002). Um dos alvos é o açoitamento da consolidação do SUS quanto as suas diretrizes e operacionalidade. As revezes são muitas e comprometem o futuro do sistema.⁸

Destaca-se mais uma vez o ranço autoritário, enquanto traço que acompanha a hegemonia burguesa. Se na consolidação do capital monopolista o Estado é colocado como força superior e motriz do desenvolvimento econômico-social, haja vista a suposta debilidade atribuída à sociedade, na atualidade ele é considerado inepto, incapaz para os novos pilares da sociedade capitalista.

A última década do século anterior e neste primeiro decênio revelam governantes que têm conduzido o Estado para se tornar essencialmente mínimo para os interesses dos trabalhadores. Ainda que marcados por peculiaridades e distinções frente aos governos imediatamente anteriores, o Estado com Lula vem consolidando uma política assistencialista, calcada na refilantropização e na privatização dos interesses públicos. Esse também tem sido o viés das respostas emitidas pelo Estado às requisições dos velhos trabalhadores. Como destaca Teixeira:

A legislação considerada moderna institui modalidades de proteção social aos idosos que ampliam, formalmente, o atendimento de suas necessidades sociais, como de educação, lazer, cultura, trabalho, dentre outras. Todavia, sua garantia, como direitos sociais, é camuflada pelo campo nebuloso do público não estatal (que só pode ser campo de ajuda, espo-

⁸ "O futuro do SUS depende da disposição e, especialmente, da capacidade dos municípios de assumir a plenitude das funções que lhe cabem no sistema. Esta não é uma questão simples. Onde a municipalização avançou, os governos locais enfrentaram uma demanda em expansão e tiveram que se haver com mudanças dramáticas da escala dos serviços de saúde. (...) pressão sobre os gastos, (...) capacidade gerencial (...) recursos humanos qualificados..." (ALMEIDA, 1996, p. 97).

rádica, eventual, inconstante, local) e pela divisão de responsabilidades com a sociedade civil (2007, p. 307).

O protagonismo político de velhos e velhas parece estar atento às manobras (antigas e novas) forjadas pelo capital – em seu anseio de automanutenção. Para tanto, a maturação da solidariedade entre as classes é um importante pilar nessa luta. Gramsci é contundente ao caracterizá-la, pois informa-nos sobre a importância de seu amadurecimento: “(...) a consciência de que os próprios interesses corporativos, de grupo meramente econômico, (...) podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados” (1989, p.50).

Estilhaçar com a força neoliberal empunhada pelo Estado requer uma contracultura, que abarque necessariamente a solidariedade intraclasse trabalhadora.

3. “A Memória é o Segredo da História”

É no caminho do pensamento crítico-dialético que se busca descortinar e reconhecer a contribuição que a velhice trabalhadora pode oferecer para sua classe social⁹. As lutas pela aquisição de direitos, imanentes na constituição da classe trabalhadora brasileira, fundamentam a memória sociopolítica dos velhos trabalhadores, potencializando-a, então, em um poderoso legado na desmistificação quanto à unidade intraclasse. Aposta-se aqui no veio frutífero que a memória pode dispensar enquanto elemento mediador de uma nova hegemonia¹⁰, ampliando e aprofundando a democracia. É portadora da possibilidade de apresentar caráter universal por ser uma das expressões culturais presente, importante tanto no ideário das classes dominantes quanto no imaginário popular, e que transcende espaço e tempo, recebendo e projetando as marcas históricas de cada um destes. Entretanto, requisita politização crítica em sua emersão, com o propósito de afirmar-se como contraideologia, constituindo-se como elemento esclarecedor da unidade existente entre sujeitos políticos de sua classe social.

A partir da reforma da ideologia da classe trabalhadora é possível constituir uma contracultura, como uma força de resistência à dominação hegemônica. É no coletivo, na participação e na unidade de classe, que os jovens e os velhos trabalhadores podem obter de fato a compreensão crítica de si mesmos¹¹, e analisarem a sua trajetória de vida, bem como refletirem sobre alternativas políticas que os levem

⁹ O conceito de classe social e de seu par correlato (...) de luta de classes já viveu momentos de maior prestígio (...). Hoje, não é raro encontrar análises que procuram relativizar, ou mesmo negar, a validade analítica de seu emprego (...). Neste texto, partimos de um ponto de vista oposto, sustentando a importância desse par conceitual para o entendimento da vida social, passada e presente (MATTOS, 2007, p. 33).

¹⁰ “A sociedade civil é o cenário legítimo da confrontação de aspirações, desejos, objetivos, imagens, crenças e projetos que expressam a diversidade constituinte do social. A habilidade do grupo que detém o poder não reside em tentar impedir as manifestações dessa diversidade, e sim em cooptá-las para seu projeto global de construção da trama social. É a isso que Gramsci chama de hegemonia” (ACANDA, 2006, p. 181).

¹¹ Em Gramsci: “Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. É uma ilusão e um erro supor que o “melhoramento” ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é “individual”, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para fora, transformadora das relações externas (...) (2004a, p. 406).”

à emancipação. É nesse ponto que se propõe a memória política dos velhos trabalhadores como argamassa ideológica na construção de um novo bloco histórico¹².

Sua mensagem, via memória, tende a criar elos de identificação com os demais membros da classe trabalhadora. Recupera elementos éticos relativos à passagem da necessidade à liberdade, no processo de constituição da classe. Pensa-se aqui no quanto os movimentos sociais, por condições de sobrevivência, possibilitam aos trabalhadores refletir sobre sua organicidade enquanto membros de uma classe social.

Transformar a subjetividade fragmentada, fetichizada e, por vezes, fatalista que dão alma à condição econômico-corporativa/egoístico-passional das classes trabalhadoras, requer num primeiro momento a tomada de consciência de sua homogeneidade enquanto grupo. O rememorar do velho trabalhador talvez tenha o cariz de fomentar essa homogeneidade, uma vez que desperta no conjunto dos trabalhadores a identificação entre as requisições de direitos antigos e atuais.

Há, pois, uma grande batalha política, ética e cultural a desenvolver no seio das classes sociais. Por isso, é preciso atentar para os núcleos de resistência e inconformismo presentes nas criações e manifestações populares, a fim de resgatá-los criticamente, dinamizando a ação política. Merecem atenção igualmente as instituições voltadas para a defesa da radicalização da cidadania, canais férteis no que tange ao alargamento dos espaços democráticos, na organização da sociedade civil, em torno da conscientização político-ideológica, da superação do senso comum e da formação do consenso.

Registra-se que, talvez molecularmente, venha ocorrendo uma luta – às vezes surda, às vezes estrondosa – que se encontra no horizonte capaz de confluir para a unidade das classes trabalhadoras. A referência é feita às associações e departamentos de idosos sindicalizados, que se ligam à Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (HADDAD, 2001), bem como aos Conselhos de Saúde, Assistência Social, e de Defesa dos Direitos, aos Fóruns em defesa da Política Nacional do Idoso e tantas outras organizações da sociedade civil em que se mesclam também interesses de “segmentos”, na verdade das classes sociais, na batalha pela direção política e pelo consenso.

Considerações Finais

Nesta análise, a lembrança que o trabalhador envelhecido guarda de sua vida laborativa – suas agruras, suas conquistas – pode ser em si mesma uma forma de desmistificar o estancamento, fragmentação que se faz do indivíduo social (quando não mais vende sua força de trabalho ao capital), no intuito de desconectá-lo dos demais membros de sua classe. É, então, no confronto de visões de mundo antagônicas sobre um plano definido, qual seja, o da luta de classes, ou ainda do reco-

¹² Segundo Acanda, “Gramsci elaborou o conceito de bloco histórico para captar o vínculo indissolúvel entre base econômica e superestrutura, e distanciou-se do marxismo vulgar, que dava caráter absoluto à importância da base econômica nas mudanças sociais, considerando a superestrutura como simples epifenômeno (2006, p. 175).”

nhecimento de si¹³ no âmbito da totalidade social, que velhos e novos trabalhadores podem começar a identificar a unidade que lhes é constitutiva. Esse processo implica uma crítica ao senso comum e às proposições científicas e institucionais sobre a velhice e o trabalho na sociedade capitalista. Deste modo, trabalho, velhice e memória desafiam a vida das classes trabalhadoras, ao mesmo tempo que se tornam o fio condutor na recusa à subalternidade, em prol de sua autonomia política.

.....
¹³ “Crítica a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica.” (GRAMSCI, 2004, p. 94).

Referências Bibliográficas

- ACANDA, J. Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- ALMEIDA, M. H. Tavares de. Federalismo e políticas sociais. BRITO, Rui e SILVA, Pedro L. B. (Orgs.) *Federalismo no Brasil: descentralização e políticas sociais*. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. Prefácio e Posfácio. SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.*
- COUTINHO, C. Nelson. *Dualidade de poderes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- COUTRIM, R. M. da Exaltação. Quem disse que os aposentados estão inativos? O Movimento de aposentados e pensionistas e o jogo de resistência contra o poder. *Textos Envelhecimento*, vol. 4 n.7. Rio de Janeiro: UERJ/UNATI, 2002.
- FREITAS, Elizabete Viana de. Demografia e epidemiologia de envelhecimento. PY, Lúgia (et al). *Tempo de envelhecer*. Rio de Janeiro: NAU editora, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 6. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HADDAD, E. G. de Macedo. *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- IANNI, Octávio. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004.
- MARX, Karl. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MATTOS, M. Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista em Pauta*, (Trabalho e Sujeitos Políticos), Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, n. 20. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.
- MOTA, A. Elizabete (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, J. Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- PAZ, S. Fortes. Movimentos sociais: participação dos idosos. PY, Lúgia (et al). *Tempo de envelhecer*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2004.
- SANTOS, W. Guilherme dos. A pós-revolução brasileira. VVAA. *Brasil, Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- SIMIONATTO, Ivete. Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolarização? *Cadernos Especiais*, n. 39, edição: 23 de outubro a 20 de novembro de 2006.
- TEIXEIRA, S. Maria. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital. Implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.
- THOMPSON, E. Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. I – A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Endereço eletrônico: <http://www.ibge.org.br>. Acessos em 20/03/2007 e 23/02/2008.

Recebido em 08 de março de 2010.

Aprovado para publicação, em 31 de maio de 2010.